

**GT1. Desenvolvimento dos recursos naturais
22-24 agosto, 2013. San José, Costa Rica**

Clima e vulnerabilidades

Gleyse Peiter

A cada novo relatório do IPCC fica mais clara a dimensão das mudanças climáticas e sua relação com as atividades humanas. Os gases produzidos pelo ser humano intensificam o efeito estufa que, por sua vez, amplia o número de eventos climáticos extremos que atingem o planeta (secas, enchentes, ondas de calor e de frio, furacões e tempestades). Em pouco mais de duas décadas as mudanças climáticas deixaram de ser um assunto tratado por alguns iniciados para se tornar tema de políticas públicas. Para minimizar os impactos, as comunidades precisam iniciar o quanto antes a discussão sobre como se preparar para enfrentar as conseqüências das mudanças climáticas.

Apesar do elevado grau de incerteza associado às mudanças climáticas, estudos como o Relatório Stern (2007) comprovam que é mais barato antecipar-se a possíveis cenários negativos do que arcar com os prejuízos posteriores. Apesar dessa incerteza, e possível se constatar que a maior carga dos danos produzidos pelo cambio climático é destinada a populações de baixa renda, segmentos sociais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneraves da cidadania.

Consagrado conceito nos tratados das Nações Unidas, a responsabilidade comum porem diferenciada: – todos os países tem responsabilidade pelo aquecimento global, mas aquelas que mais contribuiriam têm obrigação maior de reduzir suas emissões – não exime de responsabilidade imediata os países emergentes, embora seja importante exercer de fato pressão sobre os países historicamente responsáveis. Na crise climática mundial operam mecanismos sociopolíticos que perpetuam as injustiças. Neste sentido, é fundamental se resgatar o conceito da justiça climática, que visa combater as situações de desigualdades que se instauram entre regiões e países do mundo e, dentro de cada região e cada país, entre os grupos sociais devido a um modelo de crescimento que provocou a crise climática atual.

Segundo a Agência Internacional de Energia, o consumo mundial de energia vai crescer 56% até 2040, cuja maior parte virá dos países com rápido crescimento econômico, como China, Índia, Brasil e África do Sul. Em relação a 2010, as emissões de GEE crescerão 46% em 30 anos e, apesar do crescimento das energias alternativas, como eólica, oceânica, solar e hidrelétrica, os combustíveis fósseis continuarão a fornecer cerca de 80% da demanda mundial nos próximos 30 anos.

A segurança alimentar e nutricional é um aspecto importante relacionado ao cambio climático. Segundo a FAO – Food and Agriculture Organization, em 2050 não haverá comida suficiente para alimentar a população mundial, que passará de 9 bilhões de pessoas, criando forte pressão para aumentar a produção de alimentos. Aliada a um momento de grandes variabilidades climáticas globais, essa pressão poderá reduzir a biodiversidade do planeta de forma muito rápida. Cerca de 75% da diversidade genética de cultura agrícolas foi perdida no ultimo século.¹ Um dos fatores responsáveis por isso foi o cultivo de variedades geneticamente uniformes e de alto rendimento e o abandono de muitas variedades locais. Entre os animais, 22% das raças bovinas no mundo estão extinção. Embora sejam espécies adaptadas

¹ A esse respeito ver IPBES e Zakri Abdul Hamid (2013).

as condições de seca, calor externo e doenças tropicais, sendo meios de subsistência de muitas famílias, não atendem as demandas atuais dos pecuaristas.

Além de comprometer a produção de certas culturas características de algumas populações, as mudanças climáticas, podem, num curto prazo, destruir total ou parcialmente, colheitas ou inviabilizar o transporte de alimentos. Ademais, a crise climática poderá ser usada como argumento para agravar o aumento dos preços dos alimentos, como observado em 2010, causando alta volatilidade dos preços.

A inalação da fuligem proveniente da queima de combustíveis fósseis (poluição) mata prematuramente 2,1 milhões de pessoas no mundo todos os anos, causadas por doenças cardiovasculares e câncer de pulmão. A dengue, malária e outras doenças decorrentes de veiculação hídrica devem aumentar.

Os choques climáticos já fazem parte da vida dos mais pobres. Assim, por exemplo, no mundo, o número de pessoas afetadas por desastres dobrou durante os anos de 1990. Desde 2000, pouco mais de 250 milhões de pessoas perderam propriedades, colheitas e meios de vida devido a desastres. Grande parte dessas perdas deve-se ao aumento de enchentes e ciclones.² Eventos como secas, cheias e tempestades são experiências terríveis para aqueles que são afetados: ameaçam suas vidas, deixando-lhes um sentimento de insegurança. Mas os desastres climáticos também corrompem oportunidades a longo prazo para o desenvolvimento humano, minando a produtividade e desgastando as capacidades humanas.

Ressalta-se ainda a importância de levar em conta as questões relativas à forma diferenciada como a mudança climática impactará a vida de mulheres e homens. Além de possuírem condições econômicas mais desfavoráveis, as mulheres, especialmente as pobres e negras, vivem situações de vulnerabilidade que são distintas daquelas vividas pelos homens: são elas as principais responsáveis por crianças e idosos, de forma que sua capacidade de se locomover durante catástrofes naturais se torna debilitada; muitas são chefes de família, tendo de arcar sozinhas com as consequências trazidas por esses impactos; em muitos lugares elas têm menos acesso à informação que os homens, dificultando uma possível precaução às consequências dos desastres, o que torna mais evidente a situação de desamparo a que as mulheres estão sujeitas com os impactos do aquecimento global.

Por mais que os céticos climáticos afirmem o contrário, as mudanças climáticas chegaram para ficar. Como os efeitos da concentração de gases de efeito estufa são cumulativos, mesmo que todas as emissões cessassem do dia para a noite, os efeitos na atmosfera perdurariam por muitos anos. Dessa forma, faz-se premente iniciar, o mais cedo e amplamente possível, a elaboração e a implementação de políticas públicas que considerem os impactos das mudanças climáticas na vida das pessoas, com ênfase em adaptação, que deve ser compreendida como o ajuste dos sistemas sociais, econômicos e ambientais aos atuais e esperados efeitos do aquecimento global, prevenindo seus impactos de forma a diminuir a vulnerabilidade, especialmente das comunidades e regiões mais pobres, à mudança ou variabilidade climática.

A elaboração de mapas com indicadores de vulnerabilidades social, econômica e ambiental, com é determinante para a efetiva implantação de tais políticas, assim como a participação da sociedade civil na elaboração das políticas e no seu controle social.

Para apoiar a construção de políticas públicas de adaptação devem ser considerados exemplos de adaptação aos impactos humanos das mudanças climáticas.³ Muitos projetos e ações vêm sendo desenvolvidos, com resultados importantes, em diversos lugares do Brasil e do mundo. É preciso reconhecer e valorizar o saber das comunidades, as soluções já criadas, assim como os conhecimentos

² A esse respeito ver Oxfam International (2009) e Pettengell (2010).

³ A esse respeito, consultar o site do COEP Nacional: <http://www.coeptbrasil.org.br/projetosdeadaptacao/publico/default.aspx>.

ancestrais de técnicas consolidadas, todos com potencial para serem amplamente divulgados e replicados.

Referências bibliográficas

AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA – AIE – World Energy Outlook 2013. Acesso no site: <http://www.worldenergyoutlook.org/energyclimatemap/#d.en.36900>

IBASE – DEMOCRACIA VIVA – Mudanças Climáticas: marcas de um novo tempo. Rio de Janeiro, setembro de 2009. Acesso no site: www.ibase.org

COEP – Mudanças climáticas, vulnerabilidades e adaptação – Coleção COEP Cidadania em Rede. Rio de Janeiro, 2011. Acesso no site: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarCadernos.aspx>

COEP – Mudanças Climáticas, pobreza e desigualdades – Coleção COEP Cidadania em rede. Rio de Janeiro, 2011. Acesso no site: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarCadernos.aspx>

COEP – FORUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Mudanças climáticas e pobreza: o que pensam as comunidades? Rio de Janeiro, outubro de 2009. Acesso no site: <http://www.coepbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?TP=1&ID=746dee7f-9dc2-4cd5-982d-234c2fe3c333&NOME=Folder%20O%20que%20Pensam%20as%20Comunidades.pdf>

CONSEA – Mudanças climáticas e seus impactos no direito humano à alimentação, na soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília, outubro de 2009. Acesso no site: <http://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Tema/ProdAbastecimento/Documento%20sobre%20mudan%20as%20clim%20aticas%20-%20vers%20final.pdf>

FORUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMATICAS – GT Mudanças Climáticas, Pobreza e Desigualdades – Subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Adaptação aos Impactos Humanos das Mudanças Climáticas. Brasília, março de 2011.

OXFAM – Crescendo para um futuro melhor. Junho de 2011. Acesso no site: www.oxfam.org/grow

PLATAFORMA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DE ECOSISTEMAS – IPBES – Reunião Regional da América Latina e Caribe. São Paulo, julho de 2013. Acesso no site: <http://www.ipbes.net/> e <http://www.ecodebate.com.br/2013/07/15/>